



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 (Do Sr. MENDONÇA FILHO)

Solicita a convocação do Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e do art. 219, I, e § 1º, do RICD, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, para prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados à operação Porto Seguro, que investiga, entre outros, a existência de um esquema de corrupção no Gabinete da Presidência da República em São Paulo.

Justificativa

A sociedade brasileira acompanha, estarrecida, o noticiário dando conta de mais um esquema de corrupção dentro do Governo brasileiro. A Operação Porto Seguro investiga a existência de um esquema de corrupção para favorecer grupos empresariais em diversas áreas.



CAMARA DOS DEPUTADOS

A operação Porto Seguro foi deflagrada na sexta-feira, 23/11/2012, e investiga o envolvimento de servidores do Executivo, de agências reguladoras e do Tribunal de Contas da União num esquema que obtinha pareceres técnicos fraudulentos que eram vendidos para empresas interessadas. A referida operação já resultou no indiciamento de 18 suspeitos de participar do esquema e a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em órgãos do governo federal e inclusive no escritório da Presidência da República em São Paulo e deteve três pessoas.

Segundo notícia da Folha de São Paulo de 27/11/2012¹ *“O escritório regional da Presidência em São Paulo era ponto para políticos e empresários encaminharem pedidos de toda ordem. Muitos passavam pelas mãos de Rosemary². Um assessor presidencial garante que ela, no governo Dilma, não tinha poder suficiente para garantir o atendimento dos pleitos, pelo menos daqueles vitais, que necessitavam de aval de ministros ou da própria presidente”*.

O assessor destaca ainda que Rosemary Noronha tinha condições de dar encaminhamento aos pedidos. Só isso, diz, pode gerar ruídos e necessidade de explicações, causando prejuízos ao governo federal até que tudo seja esclarecido. Sem falar na possibilidade de alguns pleitos adicionais terem sido atendidos, além dos que a PF já levantou e foram suficientes para o indiciamento da servidora que foi indicada para o cargo por Lula.

Tratam-se de graves suspeitas de favorecimento em setores que movimentam segmentos significativos (da economia), por isso é fundamental analisar todos os fatos, documentos e desdobramentos da operação Porto Seguro.

¹<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/valdocruz/1191770-operacao-porto-seguro-central-de-pedidos-fechada.shtml>

² Rosemary Novoa de Noronha, servidora, Chefe de Gabinete do Escritório Regional da Presidência da República em São Paulo.



CAMARA DOS DEPUTADOS

Portanto, é evidente que os desdobramentos já revelados em razão da citada investigação justificam a atuação institucional do Congresso Nacional, sendo esta Comissão um dos foros adequados para que o Ministro da Justiça esclareça os inúmeros fatos levantados pela presente investigação. Tudo isso, logicamente, em nome da segurança jurídica e do bem-estar da sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em de novembro de 2012.

Deputado MENDONÇA FILHO
DEM/PE